_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4692/71. Brasília: 1981 _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Brasília:

1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ. 1993.

_____, José Geraldo Silveira - A Educação Especial nas Universidades Brasileiras. MEC. Secretaria de Educação Especial 2002.

GIL, Marta. Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso? Rede

Saci.

GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário L. de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Revista Integração nº 14/2002.

GOFFREDO, Vera L. Sénéchal de. Educação: Direito de Todos os Brasileiros.

Série de Estudos de Educação à Distância. Brasília 1999.

_____, Vera L. Sénéchal de. A Escola Como Espaço Inclusivo. Série de Estudos de Educação à Distância. Brasília 1999.

MINAS GERAIS. Projeto Incluir: Diretrizes da Educação Inclusiva em Minas Gerais. MG: Secretaria de Desenvolvimento da Educação, Livro 2, 2006. MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Tradução Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2003.

SALAMANCA. Conferência Mundial de Educação Especial. A Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Salamanca, Espanha: 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Deficiência mental ou deficiência intelectual. S.l., dezembro2004. Disponível em

http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/linksuteis/acessibilidade-e-inclusao/ acessado em 18 abril 2022.

SANTOS, M. et al. Educação Especial: Redefinir ou Continuar Excluindo?

Revista Integração, MEC/SEE. Ano 14, nº 24/2002.

VYGOTSKY, L. S. O Desenvolvimento Psicológico na Infância. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

_____, L. S. "Pensamento e Linguagem", São Paulo: Martins Fonte, 2ª Edição, 1999. http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-intelectual (acessado em 11/11/14)

A DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

FRANCIANE PEREIRA GUIMARÃES

RESUMO

A inclusão no âmbito educacional refere-se à participação do aluno em todas as esferas educacionais e ao compromisso da instituição em proporcionar atividades que contribuam para o seu pleno desenvolvimento. Nessa perspectiva, é essencial considerar que a própria sociedade promove barreiras para as pessoas com deficiência, assim, elas são desenco-

rajadas a confrontar desafios e frequentar universidades. Este artigo tem como objetivo de analisar as concepções do processo de inclusão educacional e sua inserção no Ensino Superior. Trata-se de pesquisa de revisão bibliográfica, onde sua elaboração foi baseada em levantamento de referências e de dados bibliográficos sobre o tema. Concluiu-se a necessidade de uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem Palavras- chave: Inclusão. Deficiência. Ensino Superior. Docência.

ABSTRACT

Inclusion in the educational environment refers to the student's participation in all educational spheres and the institution's commitment to providing activities that contribute to their full development. In this context, it is essential to remember that society itself creates a blockage in people with disabilities, thus they are discouraged from facing challenges and attending universities. This article aims to analyze the conceptions of the process of educational inclusion and its insertion into Higher Education. This is a research of bibliographic revision, where its elaboration was based on a survey of references and bibliographic data on the theme. The need for an educational practice that allows students and teachers to participate in the recognition of differences and in the creation of strategies for overcoming the difficulties that arise.

Keywords: Inclusion. Disability. Higher Education. Teaching.

INTRODUÇÃO

O atendimento às pessoas com deficiência numa educação inclusiva aparece, no Brasil, na década de 90, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial e também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, seguidas por Decretos, Diretrizes e Portarias que regulamentam o acesso ao Ensino Regular de alunos com deficiência.

Este artigo, em especial, pretende discutir o acesso de pessoas com deficiência no Ensino Superior. E tem como objetivo de analisar as concepções do processo de inclusão educacional e sua inserção no Ensino Superior. Na educação básica, este tema é abordado em diferentes pesquisas. No entanto, quando nos remetemos ao Ensino Superior há uma escassez de estudos que apresentem tais índices, bem como realizem a análise dos fatores que favorecem o ingresso e permanência destes alunos.

Ademais, serão explicitados aspectos relacionados à inclusão educacional de estudantes com deficiência no ensino superior, tendo como recorte a docência e os impactos que a presença desses estudantes trazem para o trabalho docente. Na primeira seção foi apresentado o conceito de inclusão que respalda a discussão da temática, apontando a inclusão educacional não somente como uma política, mas sobretudo como um princípio pedagógico. Em seguida, uma discussão sobre a docência no ensino superior frente a democratização do acesso de Pessoa com

deficiência (PCD).

Da mesma forma que na educação básica, no ensino superior a concepção de educação inclusiva pauta-se no ideal democrático, garantindo uma educação de qualidade para todos. Isso inclui atendimento educacional à diversidade da população, contribuindo assim para que as desigualdades educacionais sejam minimizadas. Neste cenário, é válido o questionamento de como, e se, o processo de inclusão de pessoas com deficiência vem acontecendo no ensino superior?

As modernas concepções pedagógicas propõem que pensemos a aprendizagem como um processo interativo no qual as trocas feitas pelos sujeitos são determinantes na construção ou reconstrução do conhecimento. Desse modo, considerando os diversos graus de potencialidade entre os indivíduos, surgem novas perspectivas, como a da inclusão de pessoas com deficiências no processo educacional.

Sobre esse cenário, do ingresso do estudante jovem com deficiência no ensino superior, é importante destacar que quanto maior a obrigação legal de comprometimento e ações diferenciadas, maior será a inserção do docente neste processo inclusivo. Isso poderá ser uma das consequências da formação desses profissionais, pois, apesar da educação superior exercer papel fundamental na sociedade, ainda há uma lacuna em programas ou projetos que envolvam ações relacionadas à qualificação de seu corpo docente (formação continuada) para propostas mais arrojadas em relação à educação inclusiva.

A educação especial é fruto da mudança de concepção de sociedade, do avanço das políticas públicas e dos movimentos sociais que pressionam o Estado na viabilização de seus direitos como sujeitos sociais e a formação de profissionais da educação, principalmente dos professores, também é influenciada pelas mudanças ocorridas na coletividade, no universo do trabalho e na economia do país.

O ingresso de alunos com deficiência nos cursos superiores muitas vezes não se dá de modo explícito. As dificuldades podem se revelar para a classe e para os professores paulatinamente. Há casos em que o próprio aluno desconhece sua condição ou não tem consciência das suas dificuldades.

Portanto, esse estudo se justifica na necessidade de refletir sobre as diretrizes nacionais para a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior entendendo que todas as instituições de ensino precisam estar preparadas para receber esse público de acordo com as leis nacionais. Esse assunto podem contribuir para tornar os espaços mais confortáveis, tanto no aspecto físico quanto na convivência dessas pessoas com os demais discentes, até por que, neste âmbito, nem sempre alunos e professores estão dispostos e preparados para apoiar a inclusão do deficiente.

1 OS CAMINHOS DA INCLUSÃO

Por longos anos, as pessoas com deficiências foram tratadas sob o aspecto de segregação e absolutamente descartadas do convívio social. Somente após o século XX, quando foi introduzido a desinstitucionalização e sua educação esco-

lar é que iniciou uma melhor aceitação do deficiente. Ainda assim, foram observadas práticas segregatórias, preconceituosas e discriminatórias em relação ao deficiente e à deficiência.

A ideia que se tinha da educação especial, como um sistema pedagógico fechado, com objetivos específicos, com profissionais capacitados, métodos, conteúdos e meios diferenciados, para atendimento de uma população especial, nitidamente diferenciado do geral de ensino, foi substituído por uma nova concepção de educação, a educação inclusiva, em que todos, independentemente de suas diferenças, peculiaridades, tem direito a escola, a escola para todos.

Desta forma, inúmeros documentos, resoluções e decretos, tanto nacionais como internacionais, ampliaram a participação dessas pessoas nos mais diversos setores da sociedade. Dentre eles, destaca-se a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No entanto, para que uma pessoa com deficiência possa exercer uma função com qualidade e encontrarse habilitado a concorrer a uma vaga de emprego, faz-se necessário uma formação profissional. Então pensar em uma universidade inclusiva implica na garantia destes direitos.

A urgência em construir espaços cada vez mais inclusivos para atender os alunos com deficiência deve ser visto como umas das metas primordiais da educação brasileira, com isso se objetivou destacar a importância de uma educação inclusiva que atenda as particularidades do aluno, ressaltando a integração de todos no processo educacional, independente da deficiência apresentada.

Um ambiente inclusivo é aquele onde as necessidades de resguardar o outro, ou seja, retirar da vista, manter sob proteção ou impedir o acesso às situações sociais, bem como de resguardar-se, de esconder-se, de agir fora da vista do outro não são necessárias (SEKKEL et al., 2010, p. 298). Nesse sentido, o ambiente não priva o sujeito do contato social, possibilitando o seu melhor desenvolvimento e oportunidades de interação, tampouco se caracteriza como lócus ameaçador, associado à violência e ao perigo, questões possivelmente disparadoras de comportamentos de autopreservação.

Percebe-se que a inclusão se faz como a busca da compreensão da complexidade das relações entre os sujeitos, dos sujeitos consigo mesmos e com os objetos que os circundam, do nosso universo, a fim de que possamos recuperar os sentidos das relações enigmáticas dos sujeitos com as múltiplas realidades, através da consciência de sua multidimensionalidade: um sujeito intuitivo, racional, emocional, espiritual e social. (RANDOM, 2000).

Segundo Carvalho (2003, p. 5), todas as pessoas deveriam ter:

[...] oportunidades de educação, trabalho, recreação e lazer, possibilitando participar da vida comunitária, fazer opções, adquirir competência para desempenhos significativos, ser alvo de respeito, participar da vida familiar e fazer amigos. De igual modo, o ambiente deve favorecer e estimular condições de bem-estar quanto à saúde e segurança pessoal, conforto material, segurança financeira, atividades cívicas e comunitárias, estímulo ao desen-

volvimento e condições de estabilidade.

Essa forma de ver a realidade mostra o papel da sociedade perante as pessoas com deficiência, ampliando a responsabilidade social. Esses sujeitos passam a ser vistos com potencialidades e com objetivos pela sociedade. Esta tem a obrigação de caminhar com o olhar focado nas potencialidades dessas pessoas, proporcionando-as novos caminhos, objetivando a sua inclusão.

De acordo com Matos (2013), a inclusão é hoje mais que uma proposta escolar, é uma proposta social. Passa pela luta por uma escola para todos passa pela importância de lutar pela pluralidade, para a convivência numa sociedade diversificada, na qual o encontro das diferenças físicas, culturais, religiosas, entre outras, é condição primeira para a transformação de toda uma sociedade.

Diante do exposto, pode-se afirmar que para poder construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, de toda uma mudança no pensamento e na estrutura da sociedade e isso requer certo tempo. O que irá realmente nortear e desencadear essas mudanças é a real aceitação das pessoas com deficiências e essa aceitação deve começar pela própria família.

2 A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A educação inclusiva, atenta à diversidade inerente à espécie humana, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, sendo desenvolvida em sala de aula comum, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Não diferente no Ensino Superior, pois adota os mesmos mecanismos e facetas desta estrutura entregue no ensino regular. Portanto, a Educação Inclusiva e a proposta de apoiar indistintamente os deficientes físicos vêm exatamente comprovar que o profissional deve estar preparado para atuar neste ambiente, com tamanha complexidade.

No contexto universitário, a concepção de direitos iguais para todos, também recebe destaque nas políticas propostas pela UNESCO, na Conferência Mundial sobre a Educação Superior, realizada em Paris em outubro de 1998, apresentando como principais postulados ideias em contraposição a concepção atual de ensino superior:

a) Acesso ao ensino. ‘O acesso aos estudos superiores será igual para todos; b) Responsabilidade do Estado. O Estado conserva uma função essencial no financiamento do ensino superior. O financiamento público da educação superior reflete o apoio que a sociedade lhe presta e dever-se-ia continuar reforçando, sempre mais, a fim de garantir o desenvolvimento deste tipo de ensino, de aumentar a sua eficiência e manter a qualidade e pertinência; c) Apoio à pesquisa. Promover, gerar e difundir conhecimento por meio da pesquisa [...] fomentar e desenvolver a pesquisa científica e tecnológica, ao mesmo tempo que a pesquisa no campo das ciências sociais, das ciências humanas e das artes; d) Responsabilidade social. A educação superior deve fazer prevalecer os valores e os ideais de uma cultura de paz, formar cidadãos que participem ati-

vamente na sociedade [...] para consolidar, num contexto de justiça dos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz'. (CASTELÕES, 2002, p. 2)

Apontar a inclusão como um princípio pedagógico implica em retomar alguns aspectos que caracterizam a universidade como espaço de produção e troca de conhecimentos, além de ser um espaço que possibilita o convívio social. A universidade tem como função social a produção de conhecimento com vistas a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e, por conseguinte, do próprio ser humano (DEMO, 1997).

Na educação brasileira, as diretrizes para a Educação Inclusiva no Ensino Superior é instituída na - LDBEN. A Lei nº 9394/96 no art. 59 garante que os sistemas de ensino proporcionarão atendimento aos alunos com deficiência currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. É necessário buscar medidas que possam flexibilizar e adequar o currículo, modificando de forma apropriada à singularidade dos alunos com deficiência. Essas intervenções permitem melhorar a situação e relacionamento do aluno na escola, de forma que possam alcançar sucesso nos processos de aprendizagem. (BRASIL, 1996)

De acordo com SIMONI (2011) a inserção de pessoas com deficiência, na instituição universitária pode ser concebida atualmente como direito assimilado, contudo nem sempre ocorre este processo de assimilação, pois são encontradas barreiras estruturais na instituição que dificultam o processo em si, e também permanecem as famosas barreiras impostas pelo ser humano devido à ausência de conhecimento sobre o assunto ou até mesmo direitos e deveres. O desenvolvimento e aprendizado do relacionamento interpessoal, sem levar em consideração as especificidades ou limitações do outro é um desafio a ser vencido na sociedade moderna.

Assim, Ferrari e Sekkel (2007) identificaram três níveis de desafios a serem enfrentados. O primeiro se refere à tomada de posição das instituições sobre os objetivos e a elegibilidade dos alunos para seus cursos. O segundo se reporta à necessidade de formação pedagógica dos professores do ensino superior para a educação inclusiva. O terceiro se refere à necessidade de uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem.

Entende-se o primeiro desafio associado a barreira atitudinal, a quebra desta barreira é algo esperado por todos, uma vez que causa angústia e dor no próprio deficiente como em seus familiares, assim sendo ao ingressar na universidade, buscar a exclusão do preconceito e assegurar a permanência deste sujeito, é ainda mais importante que a inclusão em si. O segundo desafio implica no investimento em formações que não foque apenas no professor individualmente, mas sim em toda a equipe educacional, desde o pessoal do atendimento, aos funcionários da limpeza e aos grupos de professores. E o terceiro desafio remete a prática pedagógica em si, não somente em adaptação curricular, mas sim em estratégias que viabilizem

a aprendizagem significativa, a partir de um projeto de educação inclusiva nas IES, que implique numa metodologia e prática inovadora. Um projeto que se empenhe na busca de transformação, apresentando atitudes proativas para a educação superior, favorecendo o bem-estar e o desenvolvimento global de todos os alunos em suas dimensões socioculturais, emocionais e cognitivas, imprescindíveis para a formação do ser humano.

Nesta perspectiva de mudanças necessárias no meio educacional, McLaren (2010) atribui aos docentes universitários uma função fundamental para a realização de transformações efetivas, afirmando que estes são capazes de fazer questionamentos sobre as verdades sociais, enfatizando nas suas práticas de ensino uma abordagem crítica, reflexiva e transformadora. O que se propõe não é a igualdade no tratamento e na educação dos alunos, nem tampouco a equiparação das suas capacidades, mas sim a possibilidade de um trabalho diferenciado, para que seja eficaz também com os alunos com deficiência.

A dimensão das competências relaciona-se à condução do trabalho docente em sala de aula, reconhecendo-a heterogeneidade e valorizando as diferenças. É preciso saber avaliar, compreendendo que o conhecimento dos instrumentos utilizados e suas respectivas implicações na aprendizagem são necessários. O planejamento deve ser cauteloso, equilibrando-se conteúdos e estratégias de ensino destes. E, não obstante, o processo de intervenção, que engloba os conhecimentos prévios de estratégias a serem executadas diante das dificuldades que os alunos possam manifestar (RODRIGUES, 2008)

Assim sendo, o planejamento com o intuito além de romper com as práticas conservadoras de ensinar, solicita-se do professor mudanças paradigmáticas multidimensional, dentro do contexto da complexidade da atual "sociedade do conhecimento" que exige a incorporações de conceitos para desencadear atitudes a respeito do mundo que vive, da incorporação das tecnologias, da superação de resistências às diferenças pessoais, enfim, solicitase rupturas às uniformidades tradicionais (BEHRENS, 2005).

É a partir dessa nova reconfiguração do conhecimento, nos tempos atuais, que emerge com o processo de construção do saber, que o professor adiciona à sua prática uma constante articulação entre razão e condição humana. Exige-se uma visão de totalidade, um olhar abrangente que se volte criticamente à realidade, definindo os novos caminhos do conhecimento da aprendizagem. Um mundo no qual se defrontam a afirmação de uma razão instrumental e a de um irracionalismo; é preciso, entre eles, encontrar o equilíbrio, recuperando o significado da razão articulada ao sentimento e, no que diz respeito ao ensino, a reapropriação do afeto no espaço pedagógico (RIOS, 2001)

Segundo Caetano (2009), a universidade precisa provocar seus alunos e futuros professores a refletir sobre situações educacionais que rompam as barreiras do estranhamento, da classificação e dos preconceitos. Para o autor, as instituições de Ensino Superior precisam ser espaços de formação para o trabalho com toda a diversidade de pessoas, assim como "para

traduzir a educação inclusiva das leis, dos planos e intenções para nossa realidade, requer produção de conhecimento e prática, tarefa essa da pesquisa científica e, mais especificamente, para as universidades brasileiras" (p. 72)

Portanto, a diversidade humana favorece a construção de novas relações e experiências tão indispensáveis e fundamentais na formação contemporânea das pessoas, que independentemente dos diferentes tipos de deficiências possibilita o desenvolvimento dos professores, profissionais e alunos, ampliando a compreensão dos conceitos de justiça e direito (LIMA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um tema debatido no mundo há vários anos. O foco tem sido a educação básica e a implementação dessa proposta na educação superior recebeu menor atenção. A temática atualmente marca presença no ensino superior, inclusive via processos de regulação e avaliação dos cursos e instituições.

Contudo, o ingresso do aluno com deficiência é um avanço no ensino superior, porém necessário observar que o fato de o aluno estar na sala de aula não significa, necessariamente, a participação plena desse estudante no ambiente universitário e a absorção dos conteúdos propostos. Para tanto, é necessário que a universidade realize adaptações para que a inclusão seja efetiva, já que algumas instituições não possuem um mapeamento do ingresso e permanência desse aluno e não oferecem serviço de apoio, tornando-se assim um processo de exclusão.

Desse modo, práticas devem ser implementadas para que, além de ingressar no ensino superior, esse possa concluir seu curso com aproveitamento. A incredibilidade que existia a respeito do tema vem sendo quebrada e cada vez mais os alunos de inclusão estão conseguindo se adaptar à vida acadêmica, surpreendendo a todos. É importante entender que as diferenças não estão apenas presentes em um indivíduo na sala de aula, mas sim em todos, e a adequação do docente a essas mudanças é o diferencial dentro desse ambiente.

É indispensável frisar a importância do educador na evolução das habilidades em trabalhar com a diversidade em sala de aula, desenvolvendo uma metodologia coletiva sobre a temática, e não apenas intencionando o atendimento às pessoas com deficiência, pois a educação inclusiva é para todos. É necessário, desta forma, que todos os relacionados ao processo aceitem as diversidades existentes e realizem a construção de melhores contextos de ensino e aprendizagem a todos.

E quando se reflete acerca da necessidade de oferecer formação adequada aos professores, a fim de atenderem uma demanda pedagógica específica voltada para tais alunos, uma vez considerando que a universidade é um espaço aberto à produção da pesquisa e do conhecimento cientifico, devese procurar valorizar iniciativas que promovam a preparação efetiva de docentes críticos e reflexivos no sentido de formá-los a assumirem uma maior responsabilidade com o seu próprio desenvolvimento profissional e, assim, atuarem como protagonistas na implementação de políticas educativas capazes

de garantir um ensino de qualidade à educação.

Aparatos legais, sem dúvida, são importantes e necessários para uma educação inclusiva no ensino superior brasileiro, porém, por si só não garantem a efetivação de políticas e programas inclusivos. Uma educação que prioriza a inclusão deve ter, necessariamente, investimentos em materiais pedagógicos, em qualificação de professores, em infraestrutura adequada para ingresso, acesso e permanência do aluno deficiente e estar atenta a qualquer forma discriminatória.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

__. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1996.

CAETANO, A. M. (2009). A formação inicial de professores na perspectiva da inclusão escolar de alunos com deficiência: O curso de Pedagogia da

Universidade Federal do Espírito Santo. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo). Disponibilizado em http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_36_ANDRESSA%20MAFEZONI%20CAETANO.pdf. Visto em: 05 de abril de 2022

CARVALHO, Erenice Natalia Soares; MACIEL, Diva Maria Moraes de

Albuquerque. Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: sistema 2002.Temas em Psicologia da SBP. Ribeirão Preto: v.11, n.2, p. 147-156, 2003.4.

CASTELÕES, L. Os desafios da Educação na América Latina. Disponível em: <http://www.comciencia. br>. Acesso em: 05 de abril de 2022. Resenha, Rio de Janeiro: Vozes, 2002

DEMO, P. Educar pela pesquisa. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

FERRARI, Marian A. L. D.; SEKKEL. Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, 2007, v. 27, n. 4, p. 636-647. Disponível em Disponível em https://www.scielo.br/pdf/pcp/v27n4/v27n4a06.pdf Acesso em: 07 abr. de 2022.

LIMA, O. M. B. A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, Síndrome de Down, no Ensino Superior: um estudo de caso. 2007. 87f. Dissertação (Mestrado Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MATOS, S. N. Análise de demandas decorrentes da educação inclusiva e das possibilidades de atuação do psicólogo escolar. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Programa de Pós Graduação em Educação Especial (PPGEES), Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3094?show=full; Acesso em: 08.04.2022.

MCLAREN, P. Multiculturalismo revolucionário. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.